



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1069

ENTRE AVIS E AVEIRO: UM ESTUDO BIOGRÁFICO SOBRE A PRINCESA DONA JOANA DE PORTUGAL

Gabrieu de Queiros Souza¹
(Universidade Federal do Paraná - UFPR)

Resumo. A beata Princesa Dona Joana de Portugal, conhecida popularmente como Santa Joana de Portugal, nasceu em Lisboa no dia 06 de fevereiro de 1452. Filha do Rei D. Afonso V (1432-1481, rei desde 1438) com a Rainha D. Isabel, faleceu em Aveiro no dia 12 de maio de 1490. Joana de Portugal foi jurada herdeira da corte portuguesa, título que ostentaria até a sua morte. Por volta dos 20 anos de idade Joana optou pela vida religiosa no Mosteiro de Jesus de Aveiro, pertencente à ordem dominicana. No claustro, assim como na corte, a princesa desempenhou as funções que lhe cabiam no momento, sendo um exemplo de religiosidade a ser seguido. Entretanto, devemos atentar que seja na corte ou no claustro Joana não deixou de desempenhar sua dupla função: princesa herdeira e cristã fervorosa. Para que possamos entender esses papéis desempenhados por Joana, utilizaremos como fontes duas obras de caráter hagiográfico, além das crônicas régias do período em que a Princesa viveu. Desta forma, por meio da análise das fontes primárias, poderemos ampliar nossa visão e abordar biograficamente a Princesa Joana de Portugal e os papéis que a mesma desempenhou nos meios sociais do Reino de Portugal no “outono da Idade Média”.

Palavras-chave: Princesa Dona Joana de Portugal; Biografia; Baixa Idade Média Portuguesa; Dinastia de Avis; Mosteiro de Jesus de Aveiro;

Financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Introdução/Justificativa

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) na linha de pesquisa Cultura e Poder, onde é orientado pela professora Dr^a Marcella Lopes Guimarães. Membro do NEMED (Núcleo de Estudos Mediterrânicos) e da ABREM (Associação Brasileira de Estudos Medievais). E-mail para contato: gabrieusouza@hotmail.com

O ofício do historiador pode ser desenvolvido de diversas formas. Investigando as grandes estruturas, atendo-se a determinados aspectos das sociedades humanas, votando-se para o micro e seus indícios. De qualquer forma, independente dos métodos que os historiadores usem para buscar respostas no passado, uma das finalidades de tal ofício é compreender os homens, e as mulheres, nos seus tempos históricos.

Partindo desta perspectiva para o ofício do historiador, voltaremos nossos olhares para o final do século XV, que deve ser entendido como um período de grandes transformações para a sociedade europeia. Grandes navegações, fortalecimento e centralização dos poderes régios, mercantilismo, entre outros fatores que fazem desse período um momento histórico que sempre suscita novos debates e reflexões. Dessa forma, encontramos em Dona Joana de Portugal um interessante exemplo a ser estudado, um caso em particular que nos permite compreender as relações sociais e políticas da Casa de Avis na segunda metade do século XV.

Objetivos

Partindo de nossos métodos, baseados na análise das fontes primárias, objetivamos no presente texto compreender alguns aspectos da sociedade portuguesa na segunda metade do século XV. Passaremos pelos reinados de dois importantes monarcas lusitanos da Dinastia de Avis na Baixa Idade Média, D. Afonso V, o Africano (1432-1481, rei desde 1438) e D. João II, o Príncipe Perfeito (1455-1495, rei desde 1481). Sendo assim, para alcançar nossos objetivos já anunciados, buscaremos as respostas a partir da vida de uma mulher, uma nobre mulher, a princesa Dona Joana, filha de Afonso V e irmã de João II.

Utilizaremos como fontes duas obras de caráter hagiográfico sobre Dona Joana. A primeira delas é a obra “Memorial da Princesa Santa Joana”, possivelmente escrita pela monja dominicana Margarida Pinheiro² nas primeiras

² Segundo João Gaspar existem dúvidas quanto a autoria do “Memorial”, pois ele poderia ter sido escrito por Margarida Pinheiro, Catarina Pinheiro ou por outra religiosa de Aveiro. Todavia, segundo Mayra Garcia (2003) podemos atribuir à escrita da obra a Margarida Pinheiro por esta ser a primeira escritora de maior vulto do Mosteiro de Jesus de Aveiro.

décadas após a morte de Dona Joana, e a segunda delas é a obra “Vida da Sereníssima Princesa Dona Joana Filha D’El-Rei Dom Afonso o Quinto de Portugal”, escrita pelo monge dominicano frei Nicolau Dias em 1585³. A partir da análise e da crítica histórica destas fontes poderemos entender os papéis que a Princesa desempenhou na corte de Avis e no Mosteiro de Jesus de Aveiro, local em que viveu metade de sua vida. A partir destes papéis, na corte ou no claustro, poderemos entender mais claramente a própria dinâmica de sua casa dinástica no período em questão, além de que esperamos suscitar algumas reflexões que sejam pertinentes ao nosso tempo presente.

Resultados

A Corte de Avis

Nascida em Lisboa no dia 06 de fevereiro de 1452, filha do Rei D. Afonso V com a Rainha D. Isabel, a princesa recebeu o nome de Joana em homenagem ao Apóstolo São João, de quem D. Isabel era devota. Dona Joana assim que nasceu foi batizada e recebeu o título de Princesa Jurada, título que ostentaria até a sua morte em 1490. Em 1455 nasce seu irmão, o futuro rei D. João II, sendo que sua mãe falece pouco tempo depois. Com a morte da rainha, Joana e o irmão foram entregues aos cuidados da tia materna, a Infanta D. Filipa de Coimbra (1437-1493), que, com o auxílio da nobre D. Brites de Meneses, criou os príncipes.

Segundo um de seus maiores hagiógrafos, frei Nicolau Dias (1987, p. 34-35) a princesa, ainda criança, mostrava sinais de grande inteligência e fé uma vez que por volta dos nove anos de idade já se dedicava a aprender a ler e a estudar gramática, além de ater-se aos textos sagrados. Aos doze anos gostava de ler e falar da vida de Jesus, de seus apóstolos e das virgens mártires que morreram pela fé, o que demonstra que na corte afonsina o estudo e a prática religiosa eram extremamente importantes de serem cultivados, além de serem fundamentais nos

³ É importante ressaltarmos que a obra de Nicolau Dias é uma reestruturação da de Margarida Pinheiro. Dias organizou os manuscritos do Memorial da Princesa Santa Joana em capítulos, além de ter feito algumas mudanças na obra. Utilizamos as duas obras como base de nossa análise biográfica por serem as fontes mais completas disponíveis (completas no sentido do seu conteúdo histórico) do primeiro século após a morte de Dona Joana.

processos que envolviam a criação e a educação de uma princesa. Confirmando este ambiente intelectual Mayra Garcia aponta que:

Autores como Aristóteles, Sêneca e São Tomás de Aquino eram lidos por esses monarcas. D. Afonso V mandou vir da Itália o humanista Justo Balduino e foi ele também quem instalou uma divisão especial no palácio para aí se fazer uma vasta biblioteca. Sua mãe, a rainha D. Isabel, mandou traduzir do francês a obra de Christine de Pizan, chamada O espelho de Cristina ou A cidade das damas, conforme figura no incipit do manuscrito da Biblioteca Nacional de Madri. (...) Evidencio também que mestres estrangeiros, principalmente italianos, foram contratados por D. Afonso V para constituir o ambiente intelectual da corte. (...) Outros homens cultos devem ter se instalado na corte de Avis no decorrer do tempo, já que, como foi dito, essa dinastia se preocupava com a educação e o refinamento de seus membros. A corte não deixava de ser mecenas da Universidade, como também era acolhedora dos mais bem preparados intelectualmente, frades das ordens mendicantes (dominicanos e franciscanos) que atuavam como mestres e confesores dos nobres. (2003, p. 26-27)

Esse ambiente seria peça importante para formação cultural de Dona Joana, que mesmo no Mosteiro de Jesus de Aveiro cultivava e incentivava certa formação intelectual, por exemplo, comprando livros para o Mosteiro:

Trabalhou esta virtuosa Senhora por aver e mādãr cōprar mujtos lyuros e sermonayros de s̃yngular doctryna assy de latym que a dita Senhora bem sabia e entendia . Como de l̃yguagẽ . Mas os demais eram de lat̃y . porque delle gostaua mais .E assy cõ este muỹ grãde gosto e ducura spiritual . se occupaua e passaua ho mais dos tēpos que depois de suas Customadas oracões lhe vagaua ã ouuir leer . E praticãdo e departyndo cõ as Jrmãas. (PINHEIRO, s.d., s.p.)

Mas voltando-nos para a vida na corte lisbonense, Joana, como Princesa Jurada, tinha determinados papéis políticos e sociais a cumprir na corte. Por exemplo, nos frequentes banquetes da corte, seguidos geralmente por danças, músicas e jogos, D. Joana deveria representar seu papel de Princesa dançando com os seus parentes. Todavia, Dias aponta que Joana representava esse papel político por obrigação, afinal sua verdadeira razão de ser estava na sua profunda vivência religiosa. Essa fervorosa devoção religiosa em oposição a uma vida mundana pode ser atestada por Margarida Pinheiro:

Hordenou esta muỹ prudente Senhora que em seu paaco se nã fezesẽ Jogos. nẽ momos de vaydades. Nẽ queria tēer serãao . saluo Cando el rrey seu padre ho vijnha dar e tēer cõ ella E trazija ho princepe dõ Johã seu Jrmãao da dita Senhora. E cõ elles duques marqueses . E condes . E todos outros Senhores. (...) Com as quaaes a dita Senhora Jffante e princesa

sahija a Recebell os . toda cuberta de sua pōpa e Reaes vestydos e toucado. por satysfazer E conprir a vontade e mādado d'el rrey seu padre E de sua aya. Mas debayxo dos taaes vestidos e Rycos Colares e ffyrmaes de muita pedraria e ouro. leuaua E hija vestida de asperos sylycios E mordente lãa. (PINHEIRO, s.d., s.p.)

Como apontado pela citação, Dona Joana ordenava que não se fizessem jogos ou outras “obras da vaidade” no Paço. Sua casa, assim como seu espírito, deveria ser sempre um local de profundo zelo cristão. Nas ocasiões em que necessitava representar seu papel enquanto Princesa Jurada Joana assim o fazia, todavia, por debaixo das suntuosas roupas de uma princesa havia panos ásperos e silícios. Desta forma, mesmo apresentando exteriormente uma imagem suntuosa a Princesa poderia sentir em sua pele as dores que a lembravam das dores da Paixão (PINHEIRO, s.d.).

Apesar da sua devoção, Dona Joana ainda fazia parte de um importante jogo político, uma vez que as princesas eram de essencial importância para o estabelecimento de alianças políticas. Sendo assim, segundo Garcia (2003), D. Joana recebeu diversas ofertas de casamento durante a sua vida, inclusive quando já estava no Mosteiro de Jesus de Aveiro.

O Mosteiro de Jesus de Aveiro

Naquele contexto a mulher nobre tinha basicamente duas opções de vida, o casamento ou o claustro. D. Joana optou pelo claustro, fato de extrema importância a ser considerado para um estudo sobre a Infanta. Contrariando a vontade do pai, irmão e nobres preocupados com a sucessão da Casa de Avis, a Princesa Jurada, escolheu a vida religiosa ao enclausurar-se no mosteiro de Aveiro. Segundo Andrade (2000), em finais da Idade Média muitas mulheres escolhiam uma vida de oração e penitência ao optarem pela vida religiosa nos antigos conventos e nas novas Ordens Religiosas.

Nos séculos finais da medievalidade, a devoção popular aumenta, paulatinamente emerge a dignidade cristã do leigo e, com o Concílio de Trento, embora reforçadas as estruturas hierárquicas da Igreja, o papel do laicado não diminui bem como o das mulheres. Assim, o número de conventos femininos e de novas ordens (Ursulinas, Visitadoras, Filhas da Caridade) aumenta espantosamente. Enquadradas pelo poder masculino, estas santas mulheres não apenas oram e jejuam, como intervêm na vida

política e religiosa, pregam e testemunham a sua fé e os seus conhecimentos, ensinando (ANDRADE. In: AZEVEDO, 2000, p. 182)

Optando pela vida religiosa a Infanta não deixou de ter sua importância política, o que não contradizia a sua experiência mística e religiosa. Afinal, os processos da vida política e social na Idade Média não podem ser separados da religião. A religiosidade se manifestava em todos os aspectos das vivências medievais. Segundo Huizinga,

(...) a vida da cristandade medieval é, em todos os aspectos, permeada de imagens religiosas. Não há coisa ou ação em que não se procure estabelecer constantemente uma relação com Cristo e com a fé (HUIZINGA, 2010, p. 248).

Tanto a religião oficial quanto as práticas populares, fazia parte de todos os aspectos das relações humanas no medievo, Huizinga (2010) ao debater os aspectos culturais da Baixa Idade Média apresenta claramente essa realidade que pode, e deve, ser estendida até o início da Idade Moderna.

Segundo seus hagiógrafos, por volta dos 20 anos D. Joana opta por viver mais intensamente sua religiosidade, para isso a Infanta decide ingressar em um mosteiro. Em um primeiro momento a Infanta foge para o Mosteiro de Odivelas:

Sahio do paço muito secretamete hua noite, acompanhada de poucas pessoas e assinadas como conuinha a sua guarda e honestidade, sem mais pompa nem gente, e foy ao mosteiro de Vdiuelas, onde a Abbadesa, e Freiras a receberam muito bem, maravilhadosse muito de sua vinda tam súbita, e a taes horas (DIAS, 1987, p. 95-96)

A fuga da Princesa causou grande comoção em todo o Reino (PINHEIRO). Ainda segundo Dias: “Nos paços em que sempre auia muita gente, e muita alegria, entam tudo eram suspiros, e choros, e em toda a cidade auia muita tristeza” (1987, p. 96). Tendo ocorrido ou não os “suspiros e choros” lusitanos diante da decisão de Dona Joana de entregar-se a vida religiosa, nossas fontes estão expressando que a escolha pelo claustro era contrária ao papel político e social que seria esperado de uma Princesa Jurada. Dessa forma, devemos ressaltar que tal decisão foi de encontro aos interesses políticos do rei seu pai e de seu irmão, afinal uma princesa representava uma possível aliança com outra casa dinástica europeia.

Apesar da vontade contrária de seu pai e da população Dona Joana consegue permissão para ingressar na vida religiosa e decide fazer da vila de Aveiro o local ideal para seguir sua religiosidade. A mudança do Mosteiro de Odivelas para o de Jesus de Aveiro se deu, segundo Garcia (2003, p. 131), pela proximidade de Odivelas com Lisboa. Aveiro sendo mais distante permitia a Dona Joana vivenciar mais tranquilamente sua religiosidade. Neste sentido, as fontes documentais utilizados em nossa pesquisa apontam que Joana teria se decidido por Aveiro principalmente por ser “(...) louuado de todos, por suas virtudes, religião, e obseruancia” (DIAS, 1987, p. 100). Todavia, a princesa sofreu diversas críticas pela escolha do Mosteiro de Jesus de Aveiro⁴, afinal este era muito distante de Lisboa, a vila de Aveiro muito pobre e o mosteiro deveras humilde para uma princesa jurada. Contudo, novamente, D. Joana demonstra a força da sua vontade e se muda para Aveiro em 1472.

Segundo Maria de Lurdes Rosa (2000) no final do século XIV e durante o século XV as sociedades medievais passaram por debates sobre a vivência religiosa, o papel dos leigos na Igreja⁵ e a necessidade de reformas. Ainda segundo Rosa, no século XV, antes das guerras de religião do século XVI, houve diversas experimentações em busca de uma religiosidade que correspondesse aos anseios quatrocentistas. Novas formas de religião e religiosidade eram buscadas, o novo era ansiosamente aguardado. A partir dessas afirmações podemos entender melhor o contexto em que D. Joana viveu e buscou a sua própria vivência religiosa.

Ainda segundo Rosa, nesse período devem-se destacar também, os profundos laços entre as cortes régias e a escolha de um cristianismo de uma espiritualidade mais profunda. D. Joana fazia parte dessa relação, afinal era Princesa Jurada que optou por uma reclusão monástica. Essa busca por um cristianismo

⁴ Segundo Mayra R. Garcia (2003), o Mosteiro de Jesus de Aveiro foi fundado por iniciativa de D. Britis Leitoa e de D. Mícia Pereira (GARCIA, 2003, p. 100). O Mosteiro, tendo recebido licença no dia 16 de maio de 1471 estava ligado aos dominicanos do Convento de N. Senhora da Misericórdia (fundando por D. Pedro em 1423). Sendo um mosteiro dominicano, o Mosteiro de Jesus de Aveiro seguia a Regra de Santo Agostinho. Essa era baseada na partilha dos bens materiais, na oração e no trabalho manual (GARCIA, 2003).

⁵ "A afirmação dos leigos como entidade fundamental da Igreja tornara centrais temas como o peso da estrutura sobre a crença, a necessidade e as formas de mediação com o divino, o relacionamento da Igreja com a política." (ROSA, 2000, p. 492).

exacerbado, nas palavras de Rosa, foi característica de diversos membros da nobreza que buscavam uma reforma espiritual (ROSA, 2000, p. 492). Todavia, esse radicalismo encontrou diversas dificuldades e obstáculos nas famílias desses indivíduos. D. Joana, por exemplo, encontrou forte oposição por parte da nobreza e de sua família a sua escolha pelo claustro, essa oposição se fortalece com a escolha pelo Mosteiro de Jesus de Aveiro.

Segundo Garcia (2003), o Mosteiro de Jesus de Aveiro era um exemplo de pobreza e austeridade. Sendo que, as monjas seguiam uma rigorosa rotina marcada pela constante frequência na Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia, onde ouviam missas pela conversação espiritual, meditavam, preparavam refeições, e demais atividades prescritas nas horas canônicas (GARCIA, 2003, p 116-117). Apesar de participar da vida religiosa em Aveiro, Dona Joana não se torna plenamente uma monja dominicana. Por decisão do clero, de seu pai e de seu irmão a princesa não realizou a profissão de votos necessária para tornar-se plenamente uma monja (DIAS, 1987, p. 129-130). Tal fato deveu-se a preocupação dinástica com a sucessão da Casa de Avis caso ocorresse algo com o Infante João.

Como já afirmamos mesmo no claustro D. Joana ainda exercia certo poder e importância política. Podemos atestar essa afirmação pelo fato de que ela passou a criar o filho bastardo⁶ do seu irmão D. João II, proclamado rei em 1481. Exercendo, dessa forma, importância política enquanto membro da Casa de Avis, Dona Joana criaria o sobrinho de três meses de idade até 1490, ano em que a Princesa faleceu no Mosteiro onde residira nas últimas duas décadas de sua vida. Sobre a criação do sobrinho D. Jorge as fontes apontam que:

COmo el rrey dom Johã Jrmãao desta Senhora nossa . soube lhe nacera ho ffilho bastardo . que já disse ao qual mādou poõr nome dom Jorge .Por mujtos Respeytos e veendo seer muỹ necessario por algũus ýcovenyêtes e Causas que nom som necessarias aquy serẽ scritas . mādou secretamēte hũu padre antijgo e que era entõ proujncial desta ordẽ de sã domingos . E fora cõfessor d'el rrey seu padre e era outrossy seu . e veeo cõ Carta de crēeca pidĩdo lhe Rogãdo lhe quissesse a dita Senhora sua Jrmãa se cryasse ho dito seu filho ã sua Casa e dentro neste moesteiro . pera que averia êteyro poder e Rescryto do papa E mestre da ordẽ .Avido maduro cõsselho . e vēedo seer seruico de deus . e ninhũu perJuyzo Cryar sse ho dito my/81c/nyno filho d'el rrey ã Casa e so guarda da Senhora Jffante sua tya . E a dita Senhora Consirãdo lhe vijinha muito bem e ordenado per deus

⁶ D. Jorge (1481-1550), filho bastardo de D. João II com Ana Mendonça (GARCIA, 2003, p. 142-143).

ella criar este Senhor . Como proprio filho seu . e ã lugar de filho e erdeyro seu ho tãedo se necessario fosse ho Regno lho pidir . nã auãdo hy outros . pois el rrey seu Jrmaão nã tijna mais do prãcepe soo de pouca Jdade . Aceytou a dita Senhora cõ leda vãtade criar o dito menyno que ainda nã era de mays Jdade que de tres meses. (PINHEIRO, s.d., s.p.)

Dona Joana, por ser tia do bastardo D. Jorge, era a melhor opção para a criação do filho de D. João II. A importância deste fato reside em entendermos a necessidade de se salvaguardar a linha sucessória da Casa de Avis, mesmo que em último caso fosse necessária a ascensão de um príncipe bastardo⁷.

A influência política de Dona Joana no Mosteiro não se limitou a criação de seu sobrinho, ela também trouxe importantes doações e rendas à Aveiro (GARCIA, 2003, p. 142), naquele contexto em questão fazia parte das ações da nobreza doar rendimentos às instituições religiosas.

Ainda sobre as ações políticas de Dona Joana no Mosteiro, Garcia comenta:

E não só ao Mosteiro as doações reais beneficiavam. D. Joana não se esquecia da vila de Aveiro. Com relação a isso utilizou-se de sua posição política para interceder pela Ria: em 1487, consegue permissão real para que o pão fosse para Aveiro, fato já narrado na primeira parte deste trabalho. Sendo assim, toda a vila de Aveiro viu-se atendida por privilégios reais, desde que tão ilustre senhora passou a residir dentro das suas muralhas. Era comum, também, que o Mosteiro ajudasse a população aveirense com remédios, roupas e comida. Portanto, era um exercício coletivo das religiosas desse recinto. (GARCIA, 2003, p. 145)

Politicamente Joana tinha importância não apenas para o Mosteiro, mas também para o crescimento e a manutenção da vila de Aveiro. Religiosamente e politicamente a Infante agia nos meios que a rodeavam. Esse duplo papel não é contraditório, afinal na Idade Média e início dos Tempos Modernos religião e política não se separavam. As ações políticas eram permeadas pela religiosidade, e a religião oficial, por sua vez, agia no mundo político. Entender essa intrincada relação entre religiosidade e poder político permite que entendamos a cultura da sociedade medieval em seus mais diversos aspectos.

Considerações finais

⁷ Não devemos nos esquecer que o primeiro monarca da Dinastia de Avis, D. João I, era por sua vez ele mesmo bastardo.

A partir destas últimas reflexões podemos concluir que, se nós, enquanto sujeitos do tempo presente investigando o passado, compreendermos essa natureza da medievalidade poderemos lidar de maneira mais racional diante de nosso mundo contemporâneo. Afinal, vivemos um momento em que a política nacional e o dito “Estado laico” passam por complicadas relações entre direitos individuais e a interferência de meios religiosos no poder. Em suma, devemos voltar às discussões e as reflexões sobre as relações entre poder político e religiosidade para que compreendamos o passado e possamos refletir e agir no presente.

Referências

- ANDRADE, Maria Filomena. Beatas. AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). **Dicionário de História Religiosa de Portugal**: C-I. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 181-183.
- DIAS, Nicolau. **Vida da Sereníssima Princesa Dona Joana Filha D’EI-Rei Dom Afonso o Quinto de Portugal**. Edição fac-similada da primeira edição (1585). Introdução de João Gonçalves Gaspar. Aveiro: Diocese de Aveiro, 1987.
- GARCIA, Mayra Rúbia. **A Princesa Infanta Joana (1452 – 1490)**. 2003. 177f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- HUIZINGA, Johan. **O Outono da Idade Média**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- MEMORIAL da Princesa Santa Joana. **Corpus hagiográfico português até 1525**. Disponível em: <http://filologia.fl.ul.pt/CHP/Bitagap6287.htm>. Acesso em: 28 fev. 2014.
- ROSA, Maria de Lurdes. A religião no século: vivências e devoções dos leigos. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). **História Religiosa de Portugal – Volume 1: Formação e Limites da Cristandade**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 423 – 505.